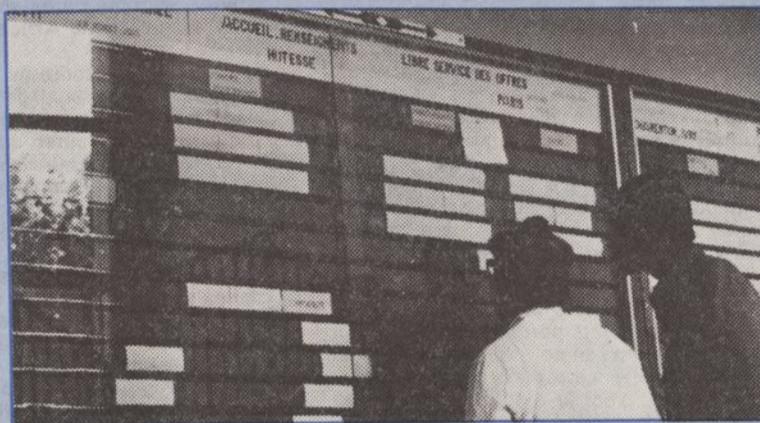
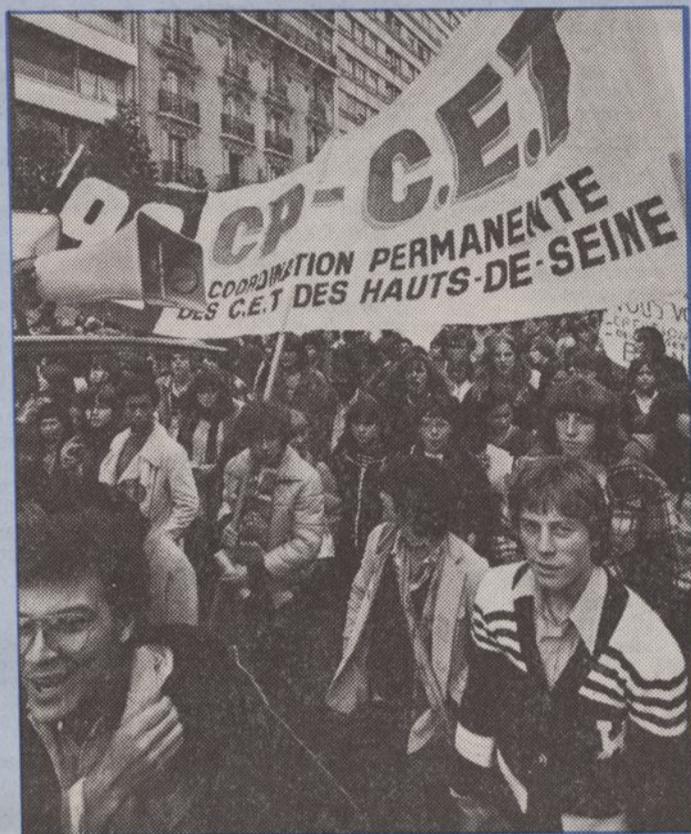


O TRABALHADOR

MENSUEL DE LA CGT POUR LES TRAVAILLEURS PORTUGAIS

NOVEMBRE 1978

N° 86 — 1 F



- PELOS SALÁRIOS OU O EMPREGO.
 - PELAS CONDIÇÕES DE TRABALHO.
 - PELA QUALIDADE DO ENSINO.
- TODOS SE ENCONTRAM NA ACÇÃO



QUE VIVA «O TRABALHADOR»

Amigo leitor, habituaste-te a receber este jornal.

Editado pela C.G.T., ele traz-te, mês após mês as informações e as reflexões que inspiram aos militantes imigrantes da C.G.T. os acontecimentos em França e os de Portugal. Queremos corresponder melhor às preocupações actuais que os trabalhadores ressentem na vida quotidiana assim

como às perguntas que formula a evolução da situação económica e social.

Portante decidimos modificar a apresentação e o conteúdo do nosso jornal. Será pois, o último jornal que tu receberás neste formato. No próximo mês, poderás tonar conhecimento com a nova fórmula dos jornais em língua ma-

terna da C.G.T. Ele tomará o carácter duma outra revista.

Propomos-te apoiar os nossos esforços. Os militantes da C.G.T. propõem-te comprar este novo jornal pelo preço de 2 Frs, ou abonares-te a esta nova revista (20 Frs por 10 números).

Estamos convencidos de que tu responderás ao nosso apelo. Portanto até breve!

Chronique juridique

Crónica Jurídica O EXERCÍCIO DO DIREITO SINDICAL A TODOS OS NÍVEIS PARA OS TRABALHADORES IMIGRADOS

I - O código do trabalho reconhece aos imigrantes o direito de se sindicarem, de serem eleitos e de dirigir o sindicato.

a) Os trabalhadores imigrantes como todos os assalariados, têm o direito de aderir a um sindicato e de exercer uma actividade sindical.

b) Eles podem também ser apresentados pelos sindicatos dos seus « ateliers » ou dos seus « chantiers » (a secção sindical) para serem delegados do pessoal ou eleitos do « Comité » de Empresa. A lei exige sómente que se saibam exprimir « em francês », quer dizer, que falem um pouco francês (atenção não é necessário saber ler e escrever). É possível também, que um imigrante seja nomeado pelo seu sindicato como representante sindical para assistir às sessões do CE ou para ser membro do comité de higiene-segurança (CHS).

c) A lei de 27 dezembro 1968 não tinha introduzido discriminações e permitia designar um trabalhador imigrante como delegado sindical. Ele é, a esse título, encarregado de representar diante do patrão a secção sindical da empresa e de assistir os delegados do pessoal.

d) A lei de 1975 reconheceu aos imigrantes o direito de serem oficialmente dirigentes do sindicato, que seja ao nível da empresa, das Uniões locais e departamentais, ou de Federações (metalurgia, construção civil, química, etc...) ou da confederação.

Mas debate-se ainda com algumas restrições:

— para ser oficialmente dirigente sindical, é preciso trabalhar em França há mais de 5 anos (no momento da escolha pelos sindicatos).

— os imigrantes não devem representar mais de um terço (1/3) dos membros da direcção do sindicato.

Estas restrições são contrárias ao direito internacional.

1) Elas não são aplicáveis aos trabalhadores dos países da CEE (1) nos regulamentos europeus invocáveis directamente em França.

2) Elas são contrárias aos acordos de Evian e aos « acordos de estabelecimento » concluídos com os países da África ao sul-sahara (Senegal por exemplo).

3) Eles contradizem a convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre a liberdade sindical (2) que reserva aos sindicatos o direito de escolher quem deve ser dirigente.

e) Delegados mineiros.

Nas minas, delegados-mineiros são eleitos cada 3 anos. Eles são os representantes eleitos dos mineiros, encarregados especialmente duma missão de controle no plano da higiene e da segurança. Os imigrantes podem eleger os seus delegados-mineiros, nas mesmas condições que os franceses que eles sejam operários de fundo ou de superfície, mas não são eligíveis.

f) Conselheiros.

Os imigrantes não podem ser conselheiros « prud'hommes » (quer dizer juizes eleitos pelos trabalhadores) para os processos ligados a um contrato de trabalho.

Que se trate de delegados-mineiros ou de conselheiros, a moção reivindicativa da CGT reivindica a igualdade completa dos direitos.

II - c) Independência da organização sindical

No direito francês, o sindicato é independente dos poderes públicos: os seus dirigentes são escolhidos unicamente pelos sindicatos, e o governo não poderia impôr a adesão a um partido político oficial por exemplo.

Por outro lado o sindicato deve ser independente do patronato: a lei proíbe ao chefe de empresa empregar « meios de pressão » seja em favor duma organização sindical « amarelo », seja contra uma outra organização sindical sob

pena de sanções penais. É proibido por exemplo a um patrão extrair as cotizações sindicais dos salários, ou de impôr o cartão sindical.

d) Protecção dos delegados contra os despedimentos.

Um patrão não pode despedir um delegado do pessoal ou um membro do CE sem o acordo do CE ou do Inspector do Trabalho. Esta protecção aplica-se também aos imigrantes. Ela diz respeito também aos delegados de higiene e segurança. O patrão deve primeiro pedir a autorização do CE; depois da recusa do CE, é-lhe proibido despedir sem a autorização do inspector do trabalho (atenção: os antigos eleitos são protegidos durante 6 meses, e os candidatos da primeira volta (não eleitos) durante 3 meses). O delegado sindical não pode ser despedido sem a autorização do inspector de trabalho (os antigos delegados são protegidos durante 6 meses).

Que fazer se o delegado é despedido irregularmente? É preciso pedir a sua reintegração ao « juiz dos referidos ».

e) Protecção dos imigrantes contra as expulsões.

O exercício do direito sindical não pode de maneira alguma servir de fundamento legal a uma medida de expulsão. A corte de justiça europeia proclamou-a no caso RUTILI para os trabalhadores dos países da CEE; isto é verdade também para os imigrantes; o Conselho de Estado anulou uma expulsão motivada pela actividade sindical, e atribuiu a pena suspensa à execução, como o fez para os militantes dos « foyers » da Sonacotra que tinham sido expulsos em Abril 1976 e que puderam voltar para França graças ao combate levado a cabo pela CGT em favor de Moussa Konate.

(1) O regulamento CEE 1612/68 modificado a 9 Fevereiro 1976 prevê « o acesso aos postos de administração ou de direcção de uma organização sindical » (invocável pelos trabalhadores de: Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Rép. Fed. Alemã, Arábia, Grã-Bretanha, Dinamarca).

(2) Convenção nº 87 ratificada pela França em 1951.



Jogos para as festas de fim do ano



JOGO DE BERNARDO E BIANCA

Um novo jogo de sociedade apaixonante que permitir-vos-á reviver as aventuras dos heróis do filme de Walt Disney. Muito suspense e emoção. Uma pista vertiginosa a fazer descer pelo Albratos, o companheiro de Bernardo e Bianca. Todas as ratoeiras a evitar... E no fim do percurso a toca da má Cedusa que guarda prisioneira a pequena Penny. Um jogo palpitante para rapazes e raparigas.

Bernardo e Bianca : uma exclusividade MAKO



MAKO-PESCA

Pescar com Mako-Pesca, um jogo de sociedade que reúne pequenos e grandes à volta dum oceano cheio de peixes.

Cada presa conta... mas atenção ao sapato !

Risos e suspense assegurados !

A glória para o mais hábil e o mais paciente, e em todo Medusa

Mako - Pesca : Á venda em todos os armazens de brinquedos.

MAKO



IMIGRANTES:

STOLERU CONTRADIZ

800.000 trabalhadores imigrantes deveriam beneficiar da alfabetização. Só houve 40.000 o ano passado.

A comissão nacional para a formação dos imigrantes, composta de representantes do ministério do Trabalho, da Educação, das Universidades, da Formação Profissional, do FAS, do CNPF, dos quartos de Comércio, dos educadores especializados, dos Conselhos de Universidade e das Organizações Sindicais, portanto a CGT, estabelece numa comunicação publicada num destes dias que 800.000 trabalhadores imigrantes deveriam beneficiar da alfabetização. Este número enorme

está em total contradição com os objectivos do Governo. O ano passado 40.000 imigrantes somente, puderam seguir os cursos de alfabetização. Este ano deveria ser ainda mais desastroso. Ao tomar a decisão de cortar os viveres à Associação para o Ensino aos Estrangeiros, o Governo vai baixar esse número de 40.000 a 15.000.

É verdade que domingo 8 de Outubro Lionel Stoleru declarava, negando as conclusões da comissão por ele criada, que hoje todos os imigrantes estavam suficientemente alfabetizados, o problema sendo agora o de os arabizar, para facilitar o seu regresso ao país.

PRESSÃO REIVINDICATIVA INTENSA E INICIATIVA NACIONAL INTERPROFISSIONAL CONTRA O DESEMPREGO

« A via da eficácia impõe exercer uma pressão reivindicativa intensa sobre todos os responsáveis do congelamento das negociações e da gravidade da situação da nossa economia ».

Esta análise da C.G.T., que acaba de confirmar a reunião de 3 e 4 de Outubro, concretizar-se-á por uma rápida impulsão das lutas a todos os níveis. As acções reivindicativas, iniciativas, muitas vezes, da C.G.T., são numerosas e sucessos são ganhos.

Mas a gravidade da situação (o emprego claro, mas também a política de austeridade, os ataques aos direitos sindicais (1), etc.), impõem o desenvolvimento de iniciativas múltiplas e a todos os níveis necessários (ramos profissionais, localidade, departamento, nacional), buscando a mais larga unidade possível. Fundada sobre milhares de iniciativas diversas, o C.E. da C.G.T. decidiu dar uma expres-

são de carácter nacional interprofissional, a esta vasto movimento de descontentamento.

Esta acção terá lugar em meados de Outubro. Ela dará a ocasião :

- de somar as lutas e os sucessos ;
- de dar a conhecer as soluções propostas pela C.G.T., de intervir junto do Governo e do C.N.P.F. e de multiplicar as andaduras a todos os níveis ;
- de examinar os meios de dar uma amplitude cada vez mais massiva à acção para que seja assegurado o direito ao emprego.

« A comissão executiva da C.G.T. chama todas as suas organizações a tomar desde já todas as disposições para dar o máximo de amplitude a esta indispensável réplica.

(1) As ameaças de não renovação dos títulos de estadia ou de trabalho...

DESEMPREGO NA CONSTRUÇÃO

Para além da já difícil situação do desemprego, o « VII Plan » governamental prevê a supressão de mais 250.000 postos de trabalho, até 1983, no sector da construção civil, obras públicas e materiais de construção. Entre 1970 e 1977 tinham já sido suprimidos 300.000 postos de trabalho neste sector. Só de Janeiro a Junho de 1978 foram encerradas 1766 empresas.

Isto não acontece por acaso, a responsabilidade incombe ao governo que directa ou indirectamente controla (através da ajuda ao alojamento, das subvenções às colectividades locais e dos investimentos das empresas públicas) mais de 1/3 das encomendas da construção civil e 80 % das obras públicas.

Para o exercício de 1978, os créditos (votados pela maioria parlamentar) sofreram uma quebra de 4,6 %.

Em relação à construção de habitações, a situação é cada vez mais dramática : em 1977 foram construídos 470.000 alojamentos ; no ano em curso o número de alojamentos construídos atingirá apenas os 400.000. Lembramos que em 1973 foram construídos 556.000 alojamentos.

Contam-se neste momento em França 1.562.000 desempregados e o seu número aumenta continuamente em todos os sectores da economia (siderurgia, construção naval, têxtil, etc...) : mas só o sector da construção fará aumentar consideravelmente o número de desempregados num curto lapso de tempo.

Como todos sabemos, o desemprego neste ramo de actividade atinge grande número de trabalhadores portugueses que por consequência, dada a actual política anti-imigração do governo, vão encontrar-se, e encontram-se já, confrontados com graves problemas económicos, renovação das cartas de trabalho e estadia, vinda das famílias, e emprego para as mesmas, etc...

Por isso, é indispensável que através da luta unida com os trabalhadores franceses, organizados em sindicatos de classe como a C.G.T., também os trabalhadores portugueses se oponham resolutamente à política governamental e do patronato de encerramento das empresas e pela protecção do emprego para todos. Só a luta os poderá impedir de levar a sua avante.

É igualmente necessário obrigar o governo francês a respeitar os acordos franco-portuguêses de emigração segundo os quais os problemas de emprego não constituem motivo de recusa das cartas de trabalho e de estadia.

O regresso maciço dos emigrantes para Portugal seria a pior das soluções. Em Portugal há cerca de 500.000 desempregados.

UM CONGRESSO AUDACIOSO INOVADOR E COMBATIVO



40^{ème} CONGRÈS

GRENOBLE 26 NOVEMBRE 2 DECEMBRE 1978

9 centrais nucleares em construção (outras em instância de começar) reagrupam perto de 20.000 assalariados da construção e da metalurgia. As condições de trabalho são penosas. A vida no « chantier » é ainda mais difícil pelo facto da longinquidade das habitações, dos comércios ou das administrações. A acção pelas reivindicações aí é constante. A luta dos operários das centrais deu origem a um primeiro sucesso notável.

Os patrões das obras públicas e da EDF foram obrigados a aceitar um primeiro acordo focando o acolhimento dos assalariados e a estadia nos seus « chantiers ». 3 greves coordenadas ao nível nacional foram necessárias para mudar os hábitos e a vontade patronal. Outras serão necessárias para tratar as questões que permanecem suspensas: os salários por exemplo e também para a aplicação do acordo.

Julguemos os primeiros resultados:

- As casas deverão ser previstas antes da abertura do « chantier » para os operários solteiros. Os quartos deverão ser individuais.
- As cozinhas, duchas, lavandaria deverão ser previstos.
- Mas também um lar; instalações desportivas.
- Da mesma maneira serão instalados os equipamentos para rulote.
- Mas também para assegurar a vida social no « chantier » restaurantes, serviço médico, locais sociais e para as organizações sindicais.
- O transporte deverá ser assegurado entre o « chantier » e os grupos de instalação, isto gratuitamente.
- O conjunto devendo ser gerido paritariamente por um agrupamento inter-empresas.

É assim um aspecto da política nacional profissional da Federação CGT da Construção que foi reconhecida. Fruto da luta de todos os assalariados das centrais nucleares e da organização CGT.

Nós encontrámo-nos em várias centrais com os sindicatos afim de darem a sua opinião sobre este acordo e sobre a actividade da delegação CGT.

A preparação do 40º Congresso atingirá níveis nunca atingidos. Mais de 7.000 debates teriam sido realizados ou programados até hoje. A discussão que se estabelece nas empresas é muito larga, tanto pelos temas focados como pela diversidade das opiniões que se trocam.

Nós oferecemos aqui algumas das trocas de pontos de vista que foram estabelecidos, tanto sobre as reivindicações que a C.G.T. deve tomar em conta e defender, como sobre as perguntas formuladas pelos sindicatos dizendo respeito à actividade da C.G.T.

CENTRAL NUCLEAR DE DAMPIERRE EM BURLY-LOIRET

O « chantier » de Dampierre chega à fase onde o Génio Civil deixa progressivamente lugar à electro-mecânica. A batalha pela reciclagem para outros « chantiers » dos trabalhadores do Génio Civil desenvolve-se ao mesmo tempo que novas camadas de assalariados chegam, causam problemas de alojamento diferentes, muito mais tentados pelo « caravanning » que pelos agrupamentos por exemplo.

O « chantier » de Dampierre é também um dos que por numerosas lutas permitiu que um acordo sobre o alojamento e o acolhimento dos trabalhadores seja assinado em Julho 1978. 2ª Feira 16 Outubro militantes dos sindicatos das empresas BALLOT DAVICOUP, SITEB reuniram-se para debater depois da entrevista que a USC tinha ditorido com o chefe do alojamento EDF para a aplicação do acordo de Julho no « chantier ».

A delegação da USC pediu uma reunião tripartita com os patrões e a EDF que possa ter lugar rapidamente com os objectivos:

- o melhoramento e a transformação dos acampamentos.
- o alojamento do « caravanning » tal o acordo o prevê.



- a abertura de locais sociais com verdadeiros assistentes sociais (CNPO-AREF, etc...) assim como locais sindicais.

- a instalação dum « comité » inter-empresas.

O chefe do alojamento EDF depois de ter contestado a possibilidade dos melhoramentos a realizar no « chantier », afirmou que para a direcção EDF o acordo aplicava-se principalmente aos trabalhadores do Génio Civil, que aliás só a Federação patronal das obras públicas era signatário e

que em consequência não se deveria aplicar a Dampierre.

É sobre este resumo que principiámos a discussão.

Claro que nós contestámos que as mutações importantes no pessoal do « chantier » não favoreciam o ímpeto ao nível que seria preciso.

É verdade que o « cantonnement » será sem dúvida, fechado no fim do ano, mas precisamente novos contingentes de assalariados chegam e devem contentar-se de terrenos e de locais mal

equipados, cada vez mais longe do « chantier », quando não é nem sequer prevista a reutilização transformando-o.

O « cantonnement », que ele está equipado, possui salas sociais e um agrupamento de compra.

Para mais o « chantier » prosseguir-se-á ainda mais dois anos e aqui como nos outros « chantiers » o funcionamento de serviços sociais do « comité » inter-empresas é necessário assim como a colocação à disposição de locais sindicais e de muitos outros pontos previstos no acordo.

A posição da EDF foi julgada não aceitável e três disposições foram tomadas:

1) Fazer conhecer aos assalariados a recusa de trazer todos os melhoramentos na instalação e o acolhimento « chantier » de Dampierre.

2) Estabelecer propostas de todos os melhoramentos previstos no acordo e necessários no « chantier ».

3) Uma reunião de todos os militantes do « chantier », 4ª feira 25 de Outubro para debater e dar a conhecer o resultado aos trabalhadores do « chantier ».

**A FAVOR
DE ELEIÇÕES
LIVRES
NA CHRYSLER**

Por iniciativa do sindicato C.G.T., os trabalhadores de Chrysler-France obtiveram um importante sucesso dizendo respeito às próximas eleições profissionais.

Não é mistério para ninguém que a preparação e o decorrer das eleições na fábrica de Poissy foram sempre sugeitas a irregularidades múltiplas por parte da direcção e da sua apêndice, a C.S.L. ex C.F.T. É porquê o sindicato C.G.T. da empresa depôs contra a direcção Chrysler, junto do tribunal de instância de Poissy, um requerimento visando obter que esta direcção se submeta às regras da convenção coletiva da metalurgia e da lei eleitoral. — Defendidos pelos advogados Charles Lederman e Antoine Lyon-Caen —, o sindicato e os trabalhadores obtiveram uma primeira satisfação aos termos de uma ordenação feita em 2 de Outubro 1978 a qual dispõe que :

— As eleições profissionais que deviam ter lugar a 5/6 e 10/11 de Outubro, são adiadas.

— Um mandatário de justiça está encarregado de assegurar a boa preparação e o bom desenrolar das operações eleitorais.

— Uma comissão de personalidades presidida pelo mandatário de justiça terá por trabalho controlar o desenrolar das operações eleitorais.

Foram reconhecidas necessárias por via judiciária, medidas conservatórias e de protecção do voto, tomando em conta a situação excepcional na empresa. É um ímpeto ao Governo, que várias ocasiões, apesar das numerosas andaduras da C.G.T., sempre recusou aplicar medidas próprias a fazer respeitar a liberdade e a sinceridade dos votos em Chrysler-France.

Paris, 5 de Outubro de 1978.



É nesta nova fábrica da Peugeot, situada no meio da floresta da Hardt a 14 km da fronteira alemã, que nós vamos ver como os nossos camaradas levam a cabo a preparação do 40º Congresso confederal, sobretudo com os sindicatos e os trabalhadores imigrantes.

O sindicato reuniu-se e a questão foi posta, Que representa para os trabalhadores o 40º congresso ?

Em vistas de cada congresso nós aceleramos a nosso actividade e cada congresso foi sempre melhor que o precedente então qual a diferença com o 40º ?

Porque os trabalhadores sofrem mais que antigamente, a crise do regime capitalista com todas as consequências malignas que conhecemos, sobretudo para os trabalhadores imigrantes, com as expulsões, o racismo, e no que diz respeito à Peugeot os salários baixos (20 % a menos que na Renault Provence) por cadências sempre puxadas, pela violação diária das liberdades, dos direitos elementares do homem.

O 40º Congresso, é também uma sorte, a de dizer em voz alta ao maior número de sindicatos, de trabalhadores de que CGT eles precisam para alcançarem as suas reivindicações imediatas. O sindicato programa debates descentralizados em cada « atelier » sobretudo em relação aos trabalhadores mais explorados, os imigrantes.

O 1º debate faz-se no « atelier » de mecânica. São 19 h 30, é a 1/2 h de repouso-lanche. 30 sindicatos encontram-se no refeitório com o secretário da secção sindical, Capel e Valtorta, candidato à Comissão Executiva confederal. Não há tempo a perder, é preciso lançar o debate. Os sindicatos não se privam. Os baixos salários, as cadências infernais, os « guettos » aonde são isolados os OS imigrados, a vida nos « foyers » controlada pelos « bufos » da Peugeot, as múltiplas discriminações existentes no « atelier ». Como fazer face às manobras de divisão da direcção Peugeot entre as diferentes étnias de imigrados. É partindo destas reivindicações, a necessidade de ter uma CGT mais forte em quantidade e em qualidade, mais contacto entre os sindicatos e os dirigentes, informar melhor os sindicatos de todos os problemas para

PEUGEOT - MULHOUSE : 14500 assalariados, 11000 operarios, 4500 imigrantes

que eles estejam a nível de repercutir nos « ateliers » as ideias da CGT, suas reivindicações e os meios para fazêlos chegar junto dos trabalhadores, eis perguntas postas e soluções encontradas, nesse debate.

Na semana seguinte, nós participávamos numa operação distribuição de tractos para os trabalhadores imigrantes diante dos « ateliers » de « carrosserie » e de « emboutissage ». Tratava-se duma manifestação de massa em direcção de 3.000 imigrantes que trabalham nesses « ateliers ». Das 13 h 40 às 14 h 15, 8.000 assalariados dos quais 3.000 imigrantes vão ou saem do trabalho. A vista dessa multidão onde se encontram 21 nacionalidades, pensa-se estar na ONU ! O importante da unidade de todos os trabalhadores sobre as reivindicações face ao explorador comum, Peugeot está presente.

Desses 3.000 trabalhadores imigrantes 90 % trabalham em cadeia na montagem de carrossarias, nas grandes ou pequenas imprensas à « tôlerie » e « emboutissage ». Nenhuma perspectiva : OS toda a vida ! Uma vez usados a Peugeot mandalos-á embora e outros virão de longe, asiáticos, africanos.

Aqueles que entram serão amarrados à máquina até às 22 h 30, aqueles que saem trazem a cara morta de cansaço. Eles levantaram-se às 4 h da manhã e tomaram os seus postos às 5 h. A comissão MOI da empresa, os dirigentes, distribuem os tratos, enquanto que o camarada Valtorta fala ao micro.

Sim, o 40º Congresso pode e deve trazer-vos algo, uma CGT mais forte, mais perto das vossas preocupações gerais e particulares de imigrantes, única promessa da satisfação das nossas reivindicações, par se ser um homem e não animais de produção como a Peugeot o quer.



Les photos sont de :
MM. LORRE, CANTACUZENE,
DELIUS.

TATI : AS VENDEDEIRAS NÃO ACEITAM MAIS

TATI É MUITO CONHECIDO EM PARIS POR SER UM ARMAZEM MUITO BARATO. O QUE NÃO SE SABE É POR QUE MEIOS : SIMPLES PORTANTO : TATI VIOLA AS LEIS.

Não pagamento das horas suplementares, não pagamento das batatas de trabalho

(obrigatórias), não respeito da mensalização, etc.

Cansadas, as vendedeiras apoiaram-se na C.G.T. Ao patrão « que-não-quer-a-C.G.T.-nos-armazens », elas respondem aderindo por dezenas. E na vontade de se organizarem, elas enviaram uma delegação junto do inspector do trabalho.

Furiosa, a TATI despediu ilegalmente (motivo oral : « falar durante o trabalho ») duas « meneuses » : ela faz também circular os seus « gorilas » pelo armazem... Mas no exterior, as empregadas são apoiadas pelos trabalhadores do bairro, que vieram numerosos trazer-lhes a solidariedade.

A ACÇÃO INTERNACIONAL DA C.G.T.



A C.G.T. nunca separou a luta pela defesa das reivindicações económicas e sociais da acção pelo mantimento da paz, o desenvolvimento de relações internacionais permitindo o estabelecimento dum clima mundial de cooperação entre os povos.

Mais do que nunca, a situação exige que sejam associados os aspectos nacionais e internacionais da luta sindical de classe.

No contexto actual, a cooperação sindical internacional reveste uma nova dimensão. A C.G.T. esforça-se por atribuir à procura e à elaboração uma estratégia coordenada de todas as forças sindicais respondendo às aspirações sociais e democráticas dos trabalhadores.

A ACÇÃO INTERNACIONAL FACE A CRISE E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS É ao nível internacional que se situam cada vez mais os fenómenos de concentração, de reestruturação, cujas consequências recaem sobre os trabalhadores de cada país.

É igualmente sobre um plano internacional que se definem as estratégias visando combater os progressos das forças sindicais e democráticas mensageiras dum profunda aspiração à mudança.

Neste quadro mundial, a Europa, tem, aos olhos dos grandes capitalistas do mundo inteiro, um papel a desempenhar. É na Europa, e principalmente na Europa do Sul que as forças da democracia ameaçam mais depressa o domínio dos monopólios.

É aí que a aspiração à mudança cresce sob formas e em condições correspondendo à situação concreta de cada país. É aí que se afirma com mais força a resistência à política de austeridade como às evoluções estruturais fundamentais que são ditadas aos monopólios pela evolução da crise.

A C.G.T. E A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL DE CLASSE

Fiel a um internacionalismo fundado sobre princípios de classe, a C.G.T. situa-se ao lado de todos os trabalhadores e de todos os povos em luta para conquistar ou consolidar a sua independência económica e política.

Ela reserva-lhe um lugar importante em todo o lado onde as liberdades e os direitos do Homem sejam ameaçados.

A C.G.T. sempre considerou como um dever particular a solidariedade em relação aos povos ameaçados pelos colonialistas

ou néo-colonialistas do grande capital francês.

A LUTA PELA PAZ, A COEXISTÊNCIA PACÍFICA E O DESARMAMENTO.

A C.G.T. luta por uma coexistência pacífica e pelo desarmamento.

A corrida ao armamento, representa um custo economicamente insopurtável.

Ela só beneficia as grandes sociedades capitalistas que ganham, com a ajuda do Governo, enormes lucros. A C.G.T. continua a ser firmemente pela supressão de todo o armamento nuclear de carácter nacional, multinacional ou europeu, assim como pela proibição de todas as armas de destruição massiva.

A ACÇÃO DA C.G.T. PARA UM RENOVAMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL MUNDIAL.

A C.G.T. propôs, no seio da F.S.M. meios de renovoamento necessários que passam especialmente por uma independência total em relação aos Partidos e Governos, sejam eles quais forem e exige uma capacidade real a pôr em prática as orientações e decisões tomadas, seja qual for o país onde os problemas

apareçam. Os países socialistas representam uma força que contribui para o progresso da humanidade e a paz no mundo.

Eles fizeram um trabalho considerável pela edificação duma sociedade nova cuja perspectiva concreta nasceu com a Revolução de Outubro.

A C.G.T. preocupa-se pela gravidade dos atentos às liberdades e aos direitos do Homem que se prosseguem e se agravam em certos países socialistas, pondo em causa a imagem que os trabalhadores têm do socialismo.

A C.G.T. recusa-se a todo o anti-sovietiquismo e combate as campanhas difamatórias sistemáticas visando os países socialistas.

Mas ela exprime com franqueza a sua desaprovação face a actos pelos quais está convencida que são contrários aos princípios de base do socialismo ou da solidariedade operária internacional e exprime o seu desacordo sobre a atitude dos sindicatos respectivos quando eles se esforçam de os justificar ou guardam o silêncio sem reagir com a firmeza que se impõe.

FESTAS DE FIM DO ANO

Na ocasião das festas de fim do ano, a companhia Air France assegura numerosos voos suplementares para o vosso país de origem à partida de Paris, Lyon, Marseille e Lille.

Para mais, agora, à partida de Lyon e Marseille podem alcançar Lisboa por voos regulares nas melhores condições.

Consoante os pedidos, outros voos poderão ser estudados à partida de certas cidades da província.

Pensem nas vossas férias, reservem os vossos lugares antecipadamente.

Desde já, informem-se junto dos agentes de viagens ou das Agências Air France.

AIR FRANCE

O MAP AGRAVA A SITUAÇÃO NA AGRICULTURA

Numa nota oficiosa, o Ministério da Agricultura e Pescas (M.A.P.) insiste : vai prosseguir com a entrega de reservas.

Argumentos utilizados : é impensável que, num Estado de direito, a aplicação da lei possa ser objecto de dúvida ; aplicar uma lei vigente há mais de um ano que foi legitimamente aprovada pela Assembleia da República é tarefa irrecusável de qualquer executivo, mesmo quando do limitado à gestão corrente.

E o M.A.P. apresenta na sua nota oficiosa, em termos intimidativos que algumas forças políticas e grupos de pressão têm tentado fazer crer à opinião pública que a actual equipa governamental do M.A.P. não teria poderes para entregar reservas na zona de intervenção da Reforma Agrária ».

Decididamente, quer nos termos utilizados, quer, o que é mais profundo, na política que quer e não pode fazer, o M.A.P. aposta na impopularidade e na exacerbação dos conflitos sociais.

Não pode, de facto, a actual equipa do M.A.P., sem violar o carácter que lhe advém por pertencer a um governo demitido, « tomar decisões de fundo que excedem largamente a sua competência e provocarão conflitos e prejuízos graves à economia nacional ». E não pode, pela simples razão de que este M.A.P.P. tão preocupado com a aplicação de uma lei tão profundamente antipopular e que já provocou tanta desestabilização e surtos de violência na vida política nacional, por mais que o queira, este M.A.P. não pode fazer tábua rasa da Constituição.

A proposito da semana do "diálogo" organizada por Stoléru

(19-26 Novembro 1978)

O comunicado da C.G.T., publicado aqui, resume o problema :

Uma vez mais, o Secretário de Estado da condição dos trabalhadores imigrantes impôs aos Fundos de Acção Social o financiamento, de 3 milhões de francos, para uma operação que, sob o pretexto duma « semana do diálogo » em Novembro, esforçar-se-á de mascarar a realidade da política reaccionária e repressiva do governo em relação aos trabalhadores imigrantes.

A C.G.T. protesta energicamente contra tal prática que consiste em tirar do dinheiro, já insuficiente, do F.A.S., somas consideráveis, que só servem para financiar operações de propaganda oficial, ao mesmo tempo aliás, em que o projecto de « budget » 1979 prevê uma redução de 4 milhões 680 mil francos das actividades sociais-imigração ao capítulo « Ministério do Trabalho ».

A C.G.T., todas as suas organizações, seus militantes e sindicatos, sob as formas mais diversas e durante múltiplas iniciativas, nas empresas, nos « foyers », nas localidades, nas agências de emprego, etc... mostrarão à opinião pública que no que diz respeito a « diálogo », o Governo expulsa em número crescente, trabalhadores imigrantes, que dissolve a Associação para o Ensino aos Estrangeiros, que arrasta perante os tribunais residentes de « foyers », que mantem todas as discriminações em matéria de direitos sociais focando estes trabalhadores e suas famílias, que não faz praticamente nada pela sua formação e reinserção profissionais, que multiplica as recusas de renovação dos títulos de estadia e de trabalho, etc...

A C.G.T. sempre se pronunciou por um verdadeiro diálogo devendo dar origem a negociações concretas permitindo responder às múltiplas reivindicações dos trabalhadores imigrantes e de suas famílias.

O M.A.P. reivindica como tarefa irrecusável a aplicação de uma lei vigente. Pretende assim o M.A.P. « executar a política definida para o seu Ministério », o que faz parte da competência dos membros do governo, segundo a Constituição (Artigo 204°). Mas que política se o programa do governo foi rejeitado na Assembleia da República ? Que governo se este é um governo demitido ? Como pode arrogar-se o direito de ter competência administrativa em tão controversos sectores (por este andar qualquer dia arrogar-se-ia o direito da competência legislativa), este governo que é um governo simplesmente demitido ? Que leitura é esta que o M.A.P. faz da Constituição, no que diz respeito à competência do Governo, pretendendo aplicar para si o que esta estabelece quanto à competência de governos no pleno direito e exercício das suas funções ? Isto quando, por outro lado, ignora que, mesmo no caso - esse sin irrecusável a um governo demitido - de poder prosseguir com as reservas, teria de ouvir os trabalhadores e as suas organizações, segundo o artigo 104° da Constituição ? Exorbitando as funções que tem e ainda as que teria se fosse um governo de pleno direito, a actual equipa do M.A.P. concedeu unicamente um prazo de oito dias para entrega de reservas, um prazo que é no conteúdo e na forma, um « ultimato ».

É bom que o actual M.A.P. não esqueça isto quando promete informar pormenorizadamente a opinião pública sobre os casos « em que de imediato irá proceder à entrega de terras aos seus legítimos possuidores ». É bom que repare que além de exorbitar claramente as suas funções na defesa da lei antipopular que convém aos agrários, nem sequer projectou cumpri-la no que ela tem de simulacro de audição dos trabalhadores.

É a nota oficiosa que diz em termos elucidativos das opções de classe de quem se encontra no M.A.P. : « as entidades colectivas ocupantes das respectivas terras foram oportunamente avisadas para procederem à sua entrega ». É o que se chama tentar ir mais longe do que Barreto e Portas no mau caminho de uma má lei : onde a concessão do prazo diminuto, mas estabelecido até na própria lei Barreto, para as Unidades Colectivas de Produção darem resposta, procederem às suas medições de pontuações, analizarem as consequências sobre a viabilidade económica da unidade da reserva pretendida ? Mas este é um terreno no qual o debate serve apenas de denúncia à opinião pública, pois é um terreno que, por limitações próprias de um governo demitido, não compete ao M.A.P. Não pode pôr-se em questão a aplicação de uma lei que este M.A.P. e este governo não têm competência para aplicar.

Os primeiros 4 dias do patrão :

15 despedimentos na Real Vinicola

A desintervenção estatal, decidida pelo Governo demitido, o regresso de Silva Reis à empresa, que levou a uma situação de falência, está a traduzir-se na intensificação da repressão sobre os trabalhadores (15 despedimentos), pondo em causa regalias e direitos conquistados, assim como o esforço desenvolvido, nos últimos três anos, para a recuperação económica da firma.

Nos seus primeiros quatro dias de actividade, o « chefe » Silva Reis suspendeu a laboração e encerrou as dependências da empresa, demitiu num plenário fantoche a Comissão de Trabalhadores, comunicou o despedimento a todos os trabalhadores admitidos durante a intervenção estatal, transferiu trabalhadores dos seus locais de trabalho habitual, encerrou um posto de vendas, que servia os trabalhadores e os moradores da zona, retirou regalias e direitos conquistados, reinstalou na empresa um clima policial e de bufaria e ameaça destruir tudo o que as Comissões Administrativas fizeram (inclusive o refeitório e a creche).

Este breve mas significativo enunciado das principais decisões do conhecido, sabotador, responsável pelo saldo negativo de mais de 870 mil contos, apurado em fins de 1974, traduz a verdadeira dimensão do escândalo da decisão tomada pela Executivo chefiado por Nobre da Costa que, além de não ter poderes para ordenar a desintervenção da Real Vinicola, violou claramente a decisão do Conselho de Ministros de 2 Setembro de 1976, no qual foi apontada como solução para o caso da Real Vinicola e Real Companhia Velha a sua transformação numa empresa de economia mista, tendo sido criada uma verba de cem mil contos para o Instituto de Participações do Estado subscrever o capital por parte do Estado.

A direcção do Sindicato Livre do Norte dos Trabalhadores de Armazéns deu uma conferência de Imprensa para divulgar a sua posição de repúdio face à decisão do Governo demitido, tendo denunciado o não cumprimento daquela decisão do Conselho de Ministros e a entrega da empresa « de mão beijada ao sabotador Silva Reis, sem a resolução dos problemas financeiros que determinaram a intervenção », o que não « salvaguarda minimamente a viabilização da empresa, nem a manutenção dos postos de trabalho ».

Medida ruinosa no plano económico e desestabilizadora no plano social

O programa e o governo do engenheiro Nobre da Costa foi inequivocamente rejeitado na Assembleia da República. Era por isso de esperar que o governo assim demitido se limitasse a respeitar a decisão do Parlamento, e como lhe competia, e compete, a gerir e a resolver somente negócios correntes do Estado. A verdade é que não foi nem está a ser inteiramente assim, como o demonstram as apreensões de largas camadas da opinião pública, face à deservoltura com que o governo tem procurado restituir empresas ao patronato sabotador e devolver reservas a falsos reservatórios.

Estas graves decisões não poderiam deixar de indignar vários sectores da população, a principiarem pelos trabalhadores, que pelo seu carácter arbitrário e desestabilizador, quer porque o governo, durante e após a discussão do seu programa, ficou a saber o que pensavam e diziam as forças políticas mais responsáveis acerca dos inevitáveis limites da sua competência governativa.

Contudo, o governo demitido parece apostado em fazer orelhas moucas e a não ter em conta estas preocupações patrióticas, que são também as preocupações de todos aqueles que querem ver solucionados os verdadeiros factores da crise.

A nota oficiosa emitida pelo Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) e publicada nos jornais de 12 de Outubro mostra que o governo demitido persiste em pretender prosseguir no caminho de exceder os limites da sua competência. O anúncio da aceleração da entrega de reservas (enquanto se esquecem medidas de gestão corrente, como a abertura de créditos, o apoio técnico, etc. fundamentais para a campanha agrícola que se aproxima) é uma opção política que não cabe na competência do governo demitido e

que só pode merecer vivo repúdio e firme oposição. Aproveitando muito mal a lição desastrosa que o I e II governos e a economia do país ruinosamente colheram da prática de uma política destinada a servir os interesses do grande capital e dos grandes agrários, e por isso contrária aos interesses nacionais, o governo do engenheiro Nobre da Costa parece não hesitar na adopção dos mesmos métodos, fechando irresponsavelmente os olhos às graves consequências que daqui resultam.

O governo demitido, ao tomar a decisão de desintervenir empresas e devolvê-las praticamente ao patronato sabotador ou, o que é ainda mais grave, entregando-as com as condições impostas pelo patronato, não praticou apenas um acto que ultrapassa os limites que a sua condição de governo demitido lhe impõe. Ao desintervenir a Ecril, a Eca, a Real Vinicola e Companhia Velha e Abel Alves de Figueiredo, o governo praticou uma flagrante injustiça para com os trabalhadores dessas empresas, para além de ser uma medida ruinosa no plano económico e desestabilizadora no plano social.

Com a intervenção do Estado, estas empresas (por vezes à beira do abandono pela má gestão dos patrões sabotadores) com o sacrifício e o esforço dos trabalhadores tinham conseguido aumentar consideravelmente a sua produção, criar novos postos de trabalho, fazer entrar dezenas de milhares de contos de divisas no país e pagar à banca Nacionalizada dezenas de milhares de contos que os patrões deviam. Que irão fazer agora esses mesmos patrões? É justa a exigência das forças democráticas e dos trabalhadores portugueses pela derrogação dessa decisão de um governo demitido.

Na contratação colectiva o Governo promove o quê?

A lista dos sectores em luta pela contratação colectiva é extensa e abrange mais de 1 milhão e 500 mil trabalhadores. Entre eles figuram centenas de milhares dos mais mal pagos em todo o país.

Veja-se, por exemplo, o caso já aqui tantas vezes referido dos assalariados rurais do Norte e Centro, que lutam há anos pela sua regulamentação colectiva de trabalho.

Atente-se no caso dos trabalhadores têxteis. Muitos milhares não recebem sequer o salário mínimo nacional, como sucede, aliás de modo ainda mais flagrante, entre os assalariados rurais do Norte e Centro.

No entanto, Maldonado Gonelha, que ainda há pouco era ministro do Trabalho assinava, um Decreto-Lei, o 121/78, que entrou em vigor no dia 3 de Junho findo, onde se afirma taxativamente, entre outras promessas por cumprir, que « o Ministério do Trabalho promoverá as diligências necessárias a que todos os trabalhadores por conta de outrem fiquem abrangidos por instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho ».

Aí se afirmava também, com a chacela do « teórico sindical » que, « quando não se verifique iniciativa negocial das entidades legitimadas para o efeito, poderão ser emitidas pelo ministro do Trabalho portarias de extensão ou de regulamentação

de trabalho », e tudo o mais de acordo com a lei.

A função do Governo

O sr. Gonelha é certo que já não « vigora » no Ministério do Trabalho. Mas o mesmo não sucede com o decreto. Esse mantém-se em vigor. Não é peça famosa. Os trabalhadores organizados várias vezes pediram a sua revogação. Mas a intervenção do Ministério é uma exigência inadiável, em vários casos com relevo para o dos trabalhadores agrícolas.

A passividade do Governo não pode continuar perante reivindicações legítimas e contempladas na lei.

O boicote e a sabotagem patronal não podem continuar a ter o apoio do Governo.

Salários em atraso, recusa de ajustamentos salariais, boicote generalizado às negociações dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, adiamento sucessivo das PRT e imposição de condições nocivas aos interesses de centenas de milhares de trabalhadores têm levado a paralisações, manifestações e greves que continuam por todo o país.

Ferrovários, trabalhadores agrícolas, construção civil, indústria química, mineiros, têxteis, panificação, curtumes, metalurgia e metalomecânica, Previdência, material eléctrico e electrónico, envolvendo centenas de empresas, mantêm e têm condições para desenvolver uma luta cuja justiça ninguém pode negar.

Pela P.R.T. em Santarém

O Governo demitido de Nobre da Costa não deve limitar-se a criar problemas. Deve também resolver pelo menos alguns.

E, apenas como exemplo, um deles é o dos assalariados agrícolas. Ainda recentemente, em Santarém, milhares de operários do campo ribatejano fizeram publicamente, numa manifestação, exigências justas e inadiáveis, com o apoio expresso de dezenas de organizações de trabalhadores, incluindo muitos Sindicatos entre eles, as associações sindicais dos trabalhadores da Reforma Agrária e a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Alpiarça.

Aí se exigiu mais uma vez a saída da Portaria de Regulamentação de Trabalho. Aí se exprimiu o apoio dos trabalhadores da Reforma Agrária aos seus companheiros que ainda trabalham por conta dos patrões — de patrões que gostariam de voltar aos tempos da exploração latifundista.

Um Governo que se reclama do cumprimento da Constituição e das leis não pode estar ao lado desse patronato contra reivindicações legítimas e perfeitamente compatíveis com o interesse nacional.